



Sindvigilantes-BA realiza ato em defesa dos trabalhadores dos Correios



Dirigentes dos Sindvigilantes/BA

Nesta quinta-feira (24), o sindicato dos vigilantes (Sindvigilantes) e o sindicato dos trabalhadores dos Correios (Sincotel) ambos do estado da Bahia, realizaram manifestação em frente uma das unidades dos Correios no estado.

Desde o início dessa semana, os sindicalistas das duas entidades vêm realizando diversas atividades em prol de todos os trabalhadores lotados na estatal. O enfrentamento conjunto teve início diante do anúncio de corte de vigilantes das agências dos Correios.

Ao todo, 84 unidades, incluindo algumas da capital, estão com profissionais de segurança desfalcados. A redução nos postos de trabalho de vigilantes resultou em uma greve por tempo indeterminado dos funcionários dos Correios que já dura quatro dias.

A direção do Sindvigilantes da Bahia entende que as consequências dos cortes são perigosas.

Com receio do aumento da insegurança, grande parte da clientela que utiliza os serviços prestados poderão se afastar, causando prejuízos imensuráveis para trabalhadores e população.

De acordo com o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e do Sindvigilantes-BA, José Boaventura, os cortes representam prejuízos para ambas categorias. Enquanto as centenas de pais e mães de família perdem seus empregos, os funcionários dos Correios ficam a mercê da violência, se tornando alvos fáceis da criminalidade.

“Precisamos nos unir e evitar que os trabalhadores e a população sejam penalizados desta maneira. Nas pequenas cidades, por exemplo, as agências e bancos postais são os únicos recursos para pagar contas efetuar transações bancárias etc. Por isso, os patrões precisam ter consciência. É uma irresponsabilidade demitir vigilantes, deixar

funcionários sujeitos à ataques e ainda prejudicar a população de depende desses serviços. Nossa luta é conjunta, contra a privatização, contra os cortes, pela manutenção e garantia dos direitos e por um Correios 100% público”, explica.

O Sindvigilantes-BA informa ainda que as ações

em defesa de todos os trabalhadores da estatal seguirá firme. “Diversos atos serão realizados em prol desta causa. Conclamados para que mantenhamos a unidade de luta, pois unidos somos mais fortes”, concluiu.

Fonte: CNTV

GDF desrespeita vigilantes e sugere “corte criativo” aos gestores



Dirigentes dos Sindesv-DF

Mais uma vez o governador do DF, Rodrigo Rollemberg, demonstrou descaso e desrespeito com os trabalhadores, seguindo a cartilha do golpista Temer. Não bastassem os desmontes e calotes já vistos em sua gestão, descaradamente a equipe econômica do governador sugeriu uma “solução” para o reequilíbrio das contas do Estado. Pela metodologia, de novo, o trabalhador sairia prejudicado.

Em coletiva à imprensa realizada nessa terça-feira (22), o secretário da Casa Civil, Sérgio Sampaio, foi fatídico ao afirmar que os gestores devem inovar e realizar o chamado “corte criativo”. Sampaio disse que é preciso rever onde é possível reduzir os gastos públicos e citou como exemplo os vigilantes. “Vai exigir que se reduza valor de contratos, o número de prestadores de serviço, ou renegociar os preços. No caso dos vigilantes, se você substituir alguns postos de trabalho por sistemas de circuito interno (câmeras de segurança), você reduz o custo. Cada gestor terá de ser criativo.”

A CUT Brasília e o Sindesv, sindicato que representa a categoria no DF, avaliam que a declaração representa um desrespeito aos

trabalhadores vigilantes e reflete o Estado de exceção instaurado após o golpe.

Para o presidente do Sindesv-DF, Paulo Quadros, a sugestão de um “corte criativo” é revoltante. “Os cortes e retrocessos em 2016/2017 já foram terríveis. A previsão para 2018 é de dias ainda piores, a ponto de substituir trabalhadores por câmeras de segurança. Isso é um desrespeito com os vigilantes e as vigilantes que arriscam diariamente suas vidas e, no fim, ainda têm de escutar que poderão ser substituídos por simples câmeras de vigilância.”

Paulo Quadros ainda alerta que, se aplicado o corte, a população ficaria ainda mais sujeita à violência. Ele lembra que, em 2016, o GDF anunciou a dispensa de 600 trabalhadores vigilantes. A ação resultou em problemas sérios logo nos primeiros meses: foram registradas diversas mortes de trabalhadores, além do aumento no índice de ataques e furtos a órgãos e entidades públicas.

“Vigilante é uma profissão fundamental na sociedade. Exemplo disso é que basta iniciarmos uma greve, que diversas entidades fecham as portas. Trocar trabalhador por câmera seria uma irresponsabilidade por parte do governo. Além do mais, direito deve ser ampliado, jamais reduzido”, concluiu.

Já o secretário Geral da CUT Brasília, Rodrigo Rodrigues, explica que os retrocessos e o Estado de exceção são consequências do golpe. “Além de retirarem direitos, querem intimidar e minimizar a ação de sindicatos. Estamos diante de uma justiça seletiva, que retira direitos e políticas públicas em favorecimento dos interesses de poucos. Por isso, o posicionamento que nós, enquanto entidade sindical e classe trabalhadora devemos ter, é repudiarmos os ataques e, mais que nunca, manter a unidade de luta.”

Fonte: CUT Brasília

Sindivigilantes e Sindicato dos Correios somam forças para impedir novas demissões



Dirigentes dos dois sindicatos tiveram reunião terça-feira

O presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, e a diretora Elisa Araújo estiveram reunidos terça-feira (21) com dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores de Correios e Telégrafos (Sintect/RS) para tratar da ameaça aos empregos dos vigilantes que trabalham nos postos bancários da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). Além disso, conversaram sobre a ameaça de privatização da estatal.

Em 2016, quando se encerraram vários contratos de segurança privada com a empresa, eles não foram renovados e muitos vigilantes foram demitidos. Há boatos de que logo outros contratos serão encerrados, com mais demissões. “É em nível nacional que isso está acontecendo e precisamos fazer um movimento nacional, em todos os Estados, unindo as categorias contra isso”, afirmou Dias.

A última contratação de servidores por concurso público nos correios foi em 2011. Desde lá, já ocorreram quatro levas de saídas de trabalhadores concursados pelo Programa de Demissão Voluntária (PDV) do governo federal, relatou Iuri Aguiar, secretário geral do Sintect. A categoria que já teve 8.800 trabalhadores hoje tem 6.100, com as cidades crescendo, o que traz grandes dificuldades na prestação dos serviços, explicou.

Além disso, cada agência tem um banco postal, que presta serviço ao Banco do Brasil, fazendo operações de empréstimos, abertura de contas e outras operações normais de um banco. Eles relataram que são cada vez mais frequentes os assaltos a estes postos e aos carteiros que fazem entregas de produtos comprados via internet, o que é cada vez mais comum.

Para terem mais segurança nas agências, o Sintect já ingressou com uma ação judicial pedindo a reintegração dos vigilantes demitidos ano passado. Ficou marcada para segunda-feira uma nova reunião dos dois sindicatos com o seu departamento jurídico, que é do mesmo escritório, para decidir uma ação comum visando impedir que ocorram novas demissões. O Sindicato dos Bancários será convidado a participar das mobilizações que vierem a acontecer com esse objetivo.

Também participaram do encontro Luciano Medeiros, secretário Jurídico, Evandro Leonir, secretário de Finanças, e Ronaldo Ramos, secretário de Saúde do Sintect.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Senado quer restringir atuação de bancos no transporte de valores; empresa de Eunício é beneficiada



Legislando em causa própria? Eunício diz não haver conflito de interesses na discussão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado decidiu, nesta quarta-feira (23), convocar audiência pública para discutir o projeto de lei que cria o Estatuto da Segurança Privada. A reunião foi convocada para o próximo dia 13 de setembro e contará com a participação de representantes da Polícia Federal e do governo. Segundo a proposição, já aprovada pela Câmara no ano passado, estariam proibidas de atuar no ramo de transporte de valores empresas com capital estrangeiro ou controladas por instituições financeiras, como bancos e corretoras. No entanto, o relator do projeto na CAS, senador Vicentinho Alves (PR-TO), suprimiu do texto a proibição para as corporações estrangeiras, mantendo-a para as entidades financeiras. Se

aprovada, a proposta beneficiaria empresas que já atuam no ramo. Por exemplo, a Confederal e a Corpvs, que têm como proprietário o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Ambas integram a holding Remmo Participações, na qual o senador tem 99% de controle, conforme sua declaração de bens à Justiça Eleitoral. A Confederal é hoje uma das maiores empresas brasileiras do setor.

Por meio de sua assessoria, o senador disse que, apesar de ser proprietário de parte das ações da holding, está afastado dos negócios desde 1998, quando deixou de participar da gestão ou da gerência das empresas. Além disso, o peemedebista disse defender a “atuação livre” da área e afirmou

que desconhecia a proposta. As alegações do senador foram encaminhadas ao Congresso em Foco em março deste ano, quando este site veiculou a primeira reportagem sobre a proposta.

Em resumo, o projeto cria um cenário em que bancos e corretoras podem guardar dinheiro, mas não formar uma empresa competitiva para transportá-lo. A proibição de instituições financeiras no capital social de transporte de valores pode tirar do mercado uma única empresa do ramo: a TBforte, grupo formado pela associação entre seis bancos. O projeto de lei dá dois anos para que ela se adapte à nova legislação. Na prática, a empresa deixaria de existir.

No Senado, a proposta está tramitando como substitutivo da Câmara dos Deputados nº 6 de 2016. Após a deliberação na CAS, a próxima etapa será o debate na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, em seguida, no plenário da Casa, onde Eunício comandará a votação.

Jabuti brasileiro

Originalmente, a proposta que tramitou por quase cinco anos na Casa tinha o propósito de discutir o piso salarial nacional dos trabalhadores de empresas de vigilância e transportes de valores. No entanto, na Câmara, o projeto cresceu e se transformou no Estatuto da Segurança Privada, para regular um setor em que as regras estavam esparsas.

Houve diversos debates e audiências públicas no Parlamento, inclusive com a participação da Polícia Federal, até que se chegasse ao texto final. Mas, às vésperas do recesso parlamentar e no dia em que foi aprovado pelos deputados, pelo menos dois “jabutis” foram incluídos no texto – entenda-

se por jabuti os enxertos oportunistas de conteúdo que, apresentados a proposições recém-protocoladas ou já em tramitação, nada têm a ver com o propósito original das matérias.

Alvo do texto

Pela proposta, a TBforte, empresa da holding formada por grandes bancos brasileiros, Tecban, seria o alvo do parágrafo 3º do artigo 20, combinado com o artigo 31 da proposta. Conforme mostrou reportagem do site jurídico Jota, a empresa aumentou a concorrência, diminuindo os preços das licitações públicas para o transporte de bens e numerários. Em duas licitações bancárias às quais o Jota teve acesso, o pregão despencou com a atuação da empresa.

“Em pregão do banco público Caixa Econômica Federal para agências paulistas, em 2011, o preço mensal dos serviços cobrado pelas vencedoras variou de R\$ 277.176,00 da Protege pelas unidades localizadas na região de Santo Amaro, até R\$ 585.404,00 em Pinheiros + Osasco, vencida pela BlueAngels. Já em 2016, com a participação da TBforte, as mesmas praças tiveram os valores derrubados consideravelmente. A Protege cobrou R\$ 235.090,00 mês no lance final. Seu inicial era de R\$ 362.811,00, bem acima do primeiro lance da TBforte, R\$ 261.335,00. Do outro lado do país, a Caixa realizou pregão em Salvador para as empresas que cuidariam de seus caixas eletrônicos, durante 24 meses. No primeiro lance, a TBforte ofereceu realizar todo o serviço por 48% do valor lançado pela Prosegur, a mais barata entre as demais”, revela trecho da reportagem.

Fonte: Congresso em Foco

Temer quer liquidar o Brasil a preço de banana

Aeroporto de Congonhas, um dos mais rentáveis do país, e até Casa da Moeda entraram no pacote

Após uma reunião com empresários e ministros, o governo do ilegítimo Michel Temer (PMDB-SP) divulgou na tarde desta quarta-feira (23), um pacote de privatizações. Caso se concretize, a medida entregará para o capital nacional e internacional, a preços módicos, importantes e estratégicas empresas estatais.

Segundo anunciado, serão vendidos para a iniciativa privada ativos brasileiros como a Casa da Moeda, a Lotex - conhecida como raspadinha - e o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, um dos principais do Brasil e o único que registrou crescimento do número de passageiros nos últimos anos. Serão colocados à venda, ainda, 11 lotes de linha de transmissão, 15 terminais portuários e rodovias. O governo anunciou também a aprovação da terceira rodada de vendas do Pré-Sal e da estrutura de produção de petróleo.

No início desta semana, o governo fez um teste anunciando a privatização da Eletrobras. O mercado aplaudiu. A CUT repudiou e denunciou que Temer decidiu vender o Brasil para conseguir recursos para reduzir o rombo nas contas públicas, de mais de R\$ 159 bilhões. Para a Central, “vender os ativos brasileiros do setor de energia a preço de banana para o capital estrangeiro não vai tirar as contas do país do vermelho, vai penalizar ainda mais a classe trabalhadora e colocar em risco a soberania nacional”, conforme nota publicada.

A decisão de leiloar a raspadinha também é uma das formas de retirar recursos que seriam usados em programas sociais, conforme denunciou o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. Segundo a instituição “os ataques do governo atingem empresas de variados

segmentos – energético, transporte, financeiro, entre muitos outros – e serviços essenciais, como saúde, educação, moradia.”

Outro grande risco à soberania nacional é deixar de produzir a própria moeda. Além da confecção das cédulas e fabricação de moedas, a Casa da Moeda imprime selos oficiais de documentos, impostos e papéis oficiais como os passaportes.

Angorá

O anúncio do pacote de privatização e concessão foi feito pela equipe do chamado PPI – Programa de Parceria de Investimentos, criada em setembro de 2016 e coordenada por Wellington Moreira Franco, relacionado ao codinome “Angorá” nas delações feitas por executivos da construtora Odebrecht.

Segundo denúncias amplamente divulgadas na imprensa comercial, Moreira Franco foi acusado, mais de 30 vezes, por executivos da Odebrecht por defender interesses da empreiteira no setor aeroportuário. E é ele quem comanda as privatizações de Temer.

E foi com este espírito que Moreira Franco, atual ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, cargo recriado para dar foro privilegiado ao delatado fiel escudeiro de Temer e casado com a sogra do atual presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), informou que, ao todo, 14 aeroportos serão leiloados junto com Congonhas.

Fonte: CUT Brasil

Governo já perdoou R\$ 27 bilhões de bancos privados em 2017



Itaú já deixou de pagar R\$ 25 bilhões e o Santander, R\$ 2 bilhões. Valor ainda pode aumentar

Só neste ano, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) perdoou R\$ 27 bilhões em dívidas de bancos privados. O valor se refere aos processos do Itaú Unibanco e do Santander, que ainda aguardam o perdão de outro R\$ 1,138 bilhão. O Carf é o órgão da Receita Federal encarregado de combater e tomar providências contra a sonegação e a evasão fiscal.

Em um dos processos vencidos pelo Itaú, em abril, o banco deixou de pagar R\$ 25 bilhões em Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A instituição, ao se unir com o Unibanco, foi acusada de aferir ganhos de capital sobre os quais não pagou os dois tributos.

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Leidiane Souza
Diagramação: Leidiane Souza

O ex-relator do caso, Carlos Figueiredo Neto, foi preso, em 2016, durante um desdobramento da Operação Zelotes, desencadeada pela Polícia Federal para apurar casos de corrupção envolvendo integrantes do Carf e empresas investigadas. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), ele cobrou propina do banco. Os outros R\$ 2 bilhões relativos ao processo do banco Santander, por aproveitamento indevido de ágio na compra do antigo Banespa. A cobrança inicial era de R\$ 4 bilhões, mas caiu pela metade.

Mais perdão?

O Itaú também aguarda a oficialização de mais R\$ 775,8 milhões perdoados. Em julho, o Carf livrou o banco de pagar a dívida fiscal. Ele era acusado de cometer irregularidades na distribuição de juros sobre capital próprio.

Outro banco também pode ter mais dívidas perdoadas. O Santander também venceu outro processo no conselho, no valor de R\$ 338 milhões. A acusação era de que a instituição, ao comprar o Banco Sudameris pelo Grupo ABN, em 2007, também herdaria o processo de não pagamento do IRPJ e CSLL, para livrá-lo da dívida.

Fonte: RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF